

Quem precisa da Eletrobras?

CAVALCANTI, Carlos. "Quem precisa da Eletrobras?". Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2019.

Desde as primeiras movimentações do Governo Federal para diluição da sua participação no capital da Eletrobras, a FIESP tem se manifestado absolutamente favorável à privatização da empresa. Levantamos ressalvas a respeito do modelo então proposto – de capitalização, com perda do controle acionário pela União. Entendemos que a privatização da Eletrobras é uma grande oportunidade para aumentar a competição no setor elétrico, com a diversificação dos agentes de geração e transmissão e expansão do mercado livre, dando liberdade de contratação aos consumidores.

O problema é que tais resultados não serão atingidos com o modelo de capitalização. Ainda que sob controle privado, a Eletrobras “capitalizada” continuaria dominando o mercado de energia, com 30% da capacidade de geração e 50% da transmissão do país. Além disso, a capitalização atrairia principalmente fundos de pensão e investidores do mercado financeiro, deixando de fora grandes e médias empresas do setor elétrico, que não têm interesse nesse tipo de arranjo. Ou seja, sem descentralização do setor e sem aumento da competição, o país perderá uma enorme oportunidade de modernizar e dinamizar o mercado de energia elétrica.

Mas, afinal, a capitalização é necessária?

O principal argumento utilizado pelos defensores da capitalização é a limitação da capacidade de investimento da Eletrobras. Segundo argumenta-se, apenas para manter sua posição atual no mercado de energia, a Eletrobras deveria investir R\$ 14 bilhões por ano. Já o Plano de Negócios da companhia traz uma previsão de investimentos de R\$ 3,5 bilhões por ano, para o próximo quinquênio. Assim, a Eletrobras teria sua participação no mercado reduzida anualmente.

O parágrafo acima é um bom exemplo de como utilizar argumentos verdadeiros para omitir a verdade. Em outras palavras, a defesa da capitalização é uma falácia, por ao menos dois motivos. Primeiro porque a capitalização não aumentará o poder de investimento da empresa, dado que todo montante arrecadado com o aumento de capital será destinado ao pagamento de bônus de outorga das usinas cotistas. Na verdade, o modelo de capitalização está estrategicamente desenhado para possibilitar que a Eletrobras pague ao Governo os R\$ 12 bilhões pretendidos como bônus pela descotização.

A segunda razão é ainda mais interessante. As grandes questões que precisam ser feitas são: o setor elétrico precisa que a Eletrobras mantenha sua participação no mercado de geração e transmissão? Por que a Eletrobras precisa investir R\$ 14 bilhões ao ano? As empresas privadas já não demonstraram sua capacidade de expandir a oferta de energia no setor? Afinal, quem precisa da Eletrobras desse tamanho?

O histórico dos últimos anos demonstra que o Brasil não precisa mais de uma estatal do porte da Eletrobras no setor elétrico. Tomando como exemplo os leilões de geração, constata-se que, de 2005 a 2011, os projetos com participação da

Eletrobras – diretamente ou por meio de sociedades específicas – somaram 49% da expansão total contratada no período. A parcela específica da estatal foi de 11 GW, ou 23% da capacidade total de geração contratada.

De 2012 a 2018 sua relevância nos leilões caiu drasticamente. A companhia teve participação em projetos que somam menos de 5 GW de capacidade instalada (17% do total contratado), acrescentando 2,6 GW ao seu portfólio (9% da expansão total contratada). Ou seja, enquanto no período anterior, metade da expansão do sistema contou com alguma participação da Eletrobras, nos últimos 7 anos, apenas 1/6 da capacidade contratada teve participação da estatal.

Essa redução nos investimentos fez a participação da Eletrobras cair de 40% da capacidade de geração em 2004, para 30% em 2018, sem qualquer risco de abastecimento ao país, que continuou atraindo investidores e empresas para os leilões de energia, de acordo com a necessidade de expansão da oferta. Uma das evidências da sustentabilidade do setor elétrico brasileiro é a forte participação de empresas estrangeiras nos leilões de energia. Apenas nos últimos 5 anos, mais de 50% da geração foi contratada por empresas estrangeiras.

Ainda que intitulado como “democratização do capital” da companhia, trata-se na verdade do desejo de manter o setor concentrado, nas mãos de poucos investidores e fundos, com forte controle sobre o mercado de energia. A agenda de futuro do setor elétrico precisa se basear na descentralização do investimento, com entrada de novos players e mais competição entre os agentes. Apenas assim teremos liberdade e preços justos para os consumidores, com mais disputa pelo mercado e redução da judicialização.

A FIESP defende que o único modelo de venda da Eletrobras capaz de atuar como indutor dessa agenda de futuro é aquele que separa as quatro grandes subsidiárias do grupo (Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas) em geração e transmissão e promove a venda em separado das 8 empresas. Esse modelo reduzirá a concentração no setor e promoverá maior competição entre os agentes. Além disso, a descotização das usinas da Eletrobras precisa ser acompanhada de um cronograma acelerado de abertura do mercado livre, a fim de que os consumidores possam se beneficiar da energia descontratada das cotas.

Carlos Cavalcanti é Vice-Presidente da FIESP e Diretor Titular do Departamento de Infraestrutura da FIESP.